

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Aspectos polémicos do Imposto de Renda e proventos de qualquer natureza		
Humberto Ávila		9
	Introdução	9
1	Os efeitos tributários das diretrizes financeiras internacionais	9
2	O "subjetivismo responsável" e a prevalência da substância sobre a forma.....	14
3	A tributação dos lucros auferidos no exterior.....	18
4	A renúncia a direitos fundamentais.....	20
	Conclusão	21
La protección jurídica del medio ambiente y su reflejo en el ámbito fiscal dentro del ordenamiento jurídico de la Unión Europea. El caso español		
María del Carmen Cámara Barroso		23
1	La configuración de la protección del medio ambiente en la Constitución Española	23
2	La utilización del sistema fiscal con fines de protección ambiental.....	25
3	Análisis de la evolución del tratamiento dado al medio ambiente en la Unión Europea... 28	
4	La armonización fiscal en la Unión Europea y la protección del medio ambiente.....	32
5	Tributación medioambiental a nivel estatal en el Ordenamiento jurídico español.....	40
6	Referencias bibliográficas	44
Tributação dos lucros auferidos no exterior na Lei nº 12.973/2014 e os tratados internacionais tributários celebrados pelo Brasil		
Sergio André Rocha		47
1	Introdução	47
2	A entrada em vigor da Lei 12.973 alterou os termos do debate acerca da aplicação dos tratados internacionais?.....	48
3	Qual o efeito da aplicação do artigo 7 das convenções internacionais tributárias celebradas pelo Brasil?	52
4	Os tratados internacionais afastam a incidência da CSLL?	53
5	Conclusão	56
Da constitucionalidade do arrolamento fiscal de bens e direitos – Estudo comparativo da legislação em vigor à luz da jurisprudência pátria		
Antonio Augusto Bennini		59
1	Natureza jurídica e características do arrolamento fiscal de bens e direitos	59
2	Da constitucionalidade do instituto.....	64
3	Estudo comparativo da legislação à luz da jurisprudência.....	66
3.1	Requisitos objetivos para o arrolamento fiscal de bens e direitos	67
3.1.1	Do crédito tributário	69
3.1.2	Do patrimônio do contribuinte	73

3.2	Bens e direitos passíveis de arrolamento.....	74
3.3	Procedimento do arrolamento e obrigações da autoridade fazendária.....	76
3.4	Obrigações do sujeito passivo.....	77
3.5	Obrigações dos órgãos de registo público.....	79
3.6	Possibilidade de substituição dos bens e direitos arrolados.....	80
3.7	Cancelamento do arrolamento.....	81
3.8	Da certidão de regularidade fiscal.....	82
3.9	Da propositura da cautelar fiscal.....	83
4	Conclusão.....	84
5	Referências.....	85
	Anexo.....	86

Princípio da capacidade contributiva: eficácia para contemplar o poder-dever da administração tributária de fiscalizar, cobrar e executar tributos

Christiano Mendes Wolney Valente	91	
1	Origem e natureza jurídica.....	91
2	O princípio nas constituições brasileiras.....	94
3	Conceito e eficácia.....	95
4	Capacidade contributiva e administração tributária.....	103
5	Conclusões.....	109
6	Referências.....	111

A desconsideração da personalidade jurídica em matéria tributária no novo Código de Processo Civil

Gustavo Lopes de Souza	113	
	Introdução.....	113
1	A pessoa jurídica.....	114
2	Origens da teoria da desconsideração da personalidade jurídica.....	116
2.1	As bases históricas da teoria da desconsideração da personalidade jurídica.....	117
2.1.1	Estados Unidos.....	118
2.1.2	Inglaterra.....	120
2.1.3	Alemanha.....	122
2.1.4	França.....	123
2.2	Teoria da desconsideração da personalidade jurídica no Brasil.....	124
3	Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica.....	126
4	A desconsideração da personalidade jurídica no Direito Tributário.....	129
5	A desconsideração da personalidade no novo Código de Processo Civil. Lei 13.105 de 16 de março de 2015.....	131
	Conclusão.....	139
	Referências.....	141

Estudo de caso: a formação do polo passivo de medida cautelar fiscal contra grupo econômico de fato

Nadja Araujo	145	
	Introdução.....	145
1	O caso.....	145
1.1	Caracterização de grupo econômico de fato.....	147
1.2	Situação processual do crédito tributário. Problemas.....	160
2	A medida cautelar fiscal.....	161
3	A ação cautelar fiscal interposta em face de grupo econômico de fato.....	165
3.1	Do <i>periculum in mora</i>	167
3.2	Do <i>fumus boni juris</i>	168

3.2.1	Alienação de bens no curso de insolvência da Sociedade Executada.....	168
3.2.2	Transferência de bens da Sociedade Executada após a notificação sobre a constituição do crédito tributário	168
3.2.3	Prática de atos que dificultem ou impeçam a satisfação do crédito tributário.....	169
3.3	Dos fundamentos para a formação do polo passivo	170
3.3.1	As normas: responsabilidade tributária de sucessores e terceiros	171
3.3.2	As circunstâncias e a jurisprudência: desconsideração da personalidade jurídica de integrantes do grupo econômico de fato	176
	Conclusões	179
	Referências	180

PARECER

Mercadorias produzidas ou comercializadas na Zona Franca de Manaus para e com empresa ou pessoas físicas e jurídicas em Manaus são imunes de COFINS e PIS – assim também a prestação de serviços – Inteligência do artigo 4º do DL 228/67 e do artigo 40 do ADCT da Constituição Federal

Ives Gandra da Silva Martins 185